

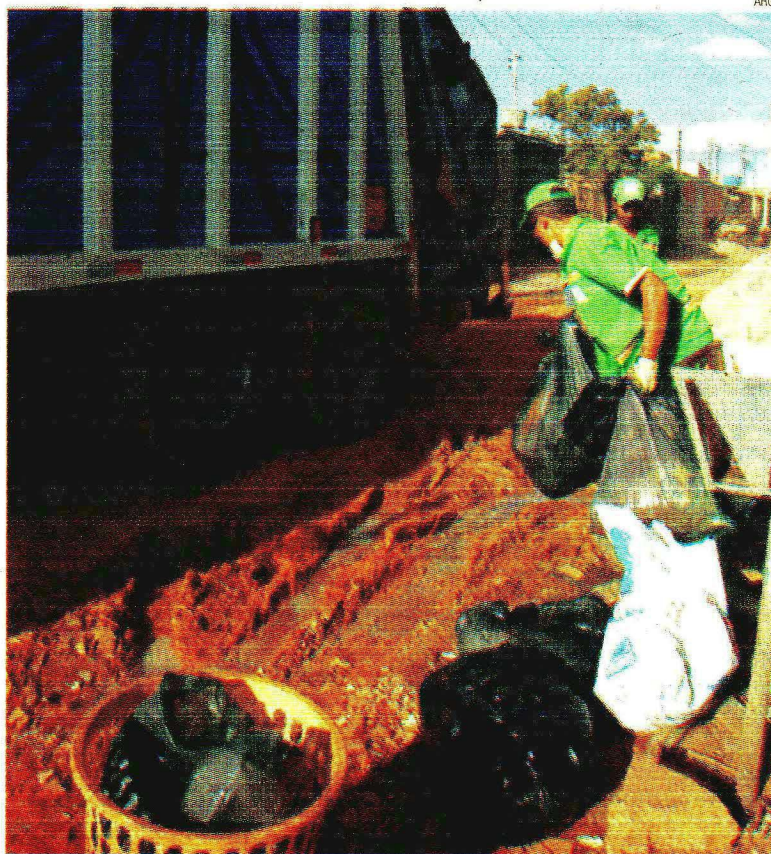
Empresas fatiam R\$ 83 mi

SLU atrasa edital do lixo e faz com que GDF renove contrato milionário

KENNIA RODRIGUES

O contrato emergencial de cifras milionárias entre empresas que fazem a coleta de lixo no DF e o Serviço de Limpeza Urbana (SLU) será novamente prorrogado. Mais uma vez, o órgão do Governo do Distrito Federal terá de retirar dos cofres públicos R\$ 83 milhões para que a população não corra o risco de acordar com lixo acumulado na porta de casa. Tudo isso porque o processo licitatório - que definirá quais empreendimentos devem executar o serviço nos próximos cinco anos - continua emperrado no SLU. O órgão chegou a assegurar a republicação de dois dos três editais de licitação, até então suspensos, na primeira quinzena de novembro. No entanto, nada do prometido ocorreu e o contrato com as seis empresas, que vence hoje, será prolongado por até 180 dias.

O compromisso de lançar os editais e contratar as empresas por concorrência pública vem de mais tempo. Em



Contrato que vence hoje será prolongado por mais 180 dias

abril deste ano, o secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Cássio Taniguchi, prometeu concluir todo o processo até julho. No entanto, a publicação dos editais de números 01 e 02, referentes à coleta de resíduos em hospitais e ao serviço no aterro do Jockey Club foi publicada só em setembro no Diário Oficial do DF (DODF). O de número 03 - o mais importante, pois define a coleta domiciliar e a varrição - também foi publica-

do com atraso.

Não bastasse a morosidade no lançamento da concorrência - que culminou em mais um acordo emergencial - os dois primeiros editais foram suspensos devido a impugnações feitas por algumas empresas não divulgadas pelo SLU. De acordo com o órgão, havia falhas nas planilhas de custos e por isso os documentos passariam por revisão. A reportagem da Tribuna do Brasil entrou em

contato com a diretora do SLU, Fátima Có, no dia 31 de outubro e ela assegurou que em 15 dias esses editais seriam republicados no DODF. Mais de 15 dias se passaram e, no entanto, os editais ainda estão em análise pela comissão técnica de licitação.

Esta é a segunda vez que a atual gestão renova o contrato emergencial milionário. Mas os acordos de urgência são mais antigos ainda: desde o ano 2000, quando o governo anterior contratou a Qualix/SA para prestar serviços de coleta de lixo no DF. Suspeita de cometer irregularidades graves, a empresa já foi alvo de investigações no Ministério Público e no Tribunal de Contas do DF.

Mesmo com fortes indícios de corrupção nas gestões anteriores, o GDF mantém contrato com a Qualix. Além da empresa, o serviço de coleta do lixo é feito por mais outras cinco, como a Artec Construtora, Nely Transportes, Delta Construções, Caenge e Serquip. A Qualix, responsável pela coleta de lixo domiciliar em todo o DF, abocanha 46% da verba total prevista no contrato.

Como publicado em nota no dia 5 de novembro pela Tribuna do Brasil, fontes afirmam que quatro das seis empresas que mantém o contrato

emergencial com o GDF estão 'marcadas' para ganhar a licitação dos serviços de coleta no DF. Seriam elas: Qualix, Delta Construções, Caenge e Serquip. A reportagem entrou em contato com duas delas para comentar sobre o contrato emergencial e o processo de licitação vigente, mas nenhuma quis se pronunciar.

De acordo com a assessoria do SLU, a prorrogação do contrato emergencial foi aprovada no Tribunal de Justiça do DF, que sentenciou um Instrumento de Transação. O trâmite, aprovado na última segunda-feira, dia 19, permite legalmente a prorrogação. Segundo a assessoria, o Ministério Público e o GDF entenderam que o contrato deveria ser adiado porque serviços essenciais vinculados à saúde pública não podem ser prejudicados.

Quanto aos três editais de concorrência pública, a presidente da comissão de licitação do SLU, Maria Aparecida Pimenta, afirmou que a abertura de concorrência do edital número 03 está prevista para o dia 27 de novembro. Já para os editais de números 01 e 02 não há data definida de republicação no DODF. "Os técnicos estão aprimorando as planilhas de custos desses editais para que a gente possa liberar", justificou.